

“Eles eram ainda mais monstruosos porque eram mulheres, transgrediram tudo”

Via [International Viewpoint](#)

Uma entrevista com a historiadora Mathilde Larrère sobre o papel da mulher na Comuna de Paris, conduzida por Yohann Emmanuel para a revista l'Anticapitaliste.

O que podemos dizer sobre o papel da mulher durante os eventos de 18 de março de 1871 que marcaram o início da Comuna de Paris? Podemos traçar um paralelo com outros dias revolucionários onde o lugar da mulher é frequentemente destacado, como a marcha em Versalhes em 5-6 de outubro de 1789, e a manifestação para o Dia Internacional da Mulher em 8 de março de 1917, que iniciou a Revolução Russa?

Houve um grande número de mulheres em 18 de março para impedir que os soldados apreendessem os canhões de Butte Montmartre, o que pode ser explicado muito simplesmente porque era cedo pela manhã e as mulheres se levantavam primeiro para procurar água, combustível e assim por diante. Mas também havia homens – quanto mais não fosse porque as mulheres deram o alarme – e em particular os fédérés, que eram todos homens, já que a Guarda Nacional estava fechada às mulheres. [1] Assim, quando os soldados e o povo confraternizaram no Champ des Polonais, a situação era bastante confusa. Em 5-6 de outubro de 1789 [durante a Revolução Francesa] as mulheres eram a força motriz (era uma corporação de mulheres, as Dames de la Halle, que lançaram o movimento), antes de serem unidas pela Guarda Nacional; e em 8 de março de 1917, era o Dia Internacional da Mulher (este dia foi fixado desde então em 8 de março). Mas, nestes diferentes casos, tudo aconteceu como se o papel da mulher durante estes dias só fosse retido em troca de sua

invisibilidade no resto do tempo, enquanto que elas também estavam presentes em 10 de agosto de 1792, durante outros eventos da Comuna, a Revolução Russa e assim por diante. Sua presença é assim visível quando ligada ao seu papel social e doméstico, em particular no cuidado com a alimentação: em 5 de outubro de 1789 foi uma revolta pelo trigo, foi o pão que elas foram buscar em Versalhes, mesmo que no final fosse o rei que elas trouxeram de volta; e em 8 de março de 1917, para muitas mulheres em São Petersburgo, as dos bairros populares, foi menos uma manifestação pelos direitos das mulheres do que uma manifestação pelo pão e pela paz. Sua participação em eventos revolucionários não deveria, portanto, ser restrita a estes dias, por mais inaugural que fosse.

Depois disso, não puderam participar das instituições oficiais da Comuna. Será que elas o exigiram?

O direito de voto das mulheres não foi considerado na eleição da Comuna em 26 de março e, na verdade, houve relativamente pouca demanda por ela. O direito de voto não era uma exigência primária das mulheres na época: elas tinham muitas outras, e isto é ainda mais verdadeiro para as participantes femininas da Comuna, que em sua maioria eram socialistas ou "Montagnardes" (social-democratas), mas voltaremos às suas exigências. Foi a mesma coisa durante a Revolução Francesa: falamos muito sobre Olympe de Gouges e sua Declaração dos Direitos da Mulher e dos Cidadãos, que é uma forma de exigir o direito de voto (sem nunca dizê-lo explicitamente), mas o trabalho de Dominique Godineau sobre as mulheres revolucionárias mostra que elas pediram muito mais para poder se juntar à Guarda Nacional do que para o direito de voto.

A participação das mulheres na luta foi algo específico da Comuna?

Não, as mulheres sempre estiveram em combate, mas temos que esclarecer de que se tratava. Lutar com armas nas mãos era mais limitado para as mulheres nas revoltas antes da Comuna,

quanto mais não fosse porque as mulheres não sabiam necessariamente usar armas, e porque havia um peso de mentalidades que tornava impossível imaginar que as mulheres podiam matar quando davam vida. Portanto, elas eram mantidas longe do fuzil. Por outro lado, elas participavam da luta de barricadas (em particular em 1830 e 1848). A barricada está lá para obstruir uma rua, e os soldados correm para a rua e ficam encahalados. Os combates então acontecem em duas dimensões: por um lado, há uma face a face entre os soldados e a barricada (na qual há homens armados), e, por outro lado, as pessoas jogam vários objetos das janelas – e em muitos casos isto foi mulheres. Esta segunda dimensão é igualmente importante (para aqueles que trabalharam na aplicação da lei durante os tumultos da Monarquia de julho, houve mais fraturas no crânio do que ferimentos de bala), mas é muitas vezes negligenciada. Além disso, as mulheres recarregaram as armas, trataram os feridos, forneceram as barricadas e assim por diante. A especificidade da Comuna é que as mulheres participaram mais frequentemente dos combates com armas na mão, especialmente nas barricadas abandonadas pelos combatentes masculinos.

Uma das importantes organizações de mulheres durante a Comuna também estava ligada à luta: a União para a Defesa de Paris e Cuidados com os Feridos. Você pode dizer algumas palavras sobre isso? Em que outros tipos de ambientes as mulheres poderiam se organizar?

Sim, esta foi uma organização criada por Élisabeth Dmitrieff, que foi a enviada da IWA [International Workers' Association, nome oficial da Primeira Internacional], de Londres a Paris. Originalmente havia dois homens que tinham que partir, mas um deles não pôde partir porque estava doente, e ela o substituiu em cima da hora.

Esta organização é interessante em seus dois aspectos: a defesa de Paris, que corresponde à exigência transgressiva das mulheres de poder portar armas; e o cuidado com os feridos, que, ao contrário, se enquadra no papel tradicional das

mulheres na distribuição de tarefas com base no gênero. Foi a organização mais estruturada e bastante centralizada, com três níveis: comitês locais por arrondissements, nos quais representantes foram eleitos constituindo um comitê, e finalmente uma comissão executiva chefiada por Elisabeth Dmitrieff.

Mas existiam outras organizações, clubes em particular, como o clube de Montmartre, no qual André Léo participava. Além disso, havia certas tensões entre estas organizações: por exemplo, quando André também aderiu ao Sindicato de Defesa de Paris e Cuidados com os Feridos, esta dupla filiação irritou muito a Élisabeth Dmitrieff. Estas diferentes executivas eram “somente mulheres” (mesmo que o termo seja anacrônico), dirigidas e organizadas por mulheres, assim como os clubes de mulheres durante a Revolução Francesa ou em 1848 (assim como os jornais em 1848), embora em alguns casos os homens pudessem ajudar. As mulheres compreenderam que é assim que elas devem se organizar para poder agir e ser ouvidas!

Que outras famosas participantes femininas da Comuna podemos citar?

Além de Louise Michel, todas elas são em grande parte esquecidas. E se nos lembramos de Michel e, em menor grau, de Brocher, é principalmente graças aos seus escritos. No entanto, muitas outras figuras merecem ser conhecidas. Por exemplo, André Léo, autor de um grande texto, “La guerre sociale”, no qual ela denuncia o desejo, durante um século, de “fazer uma revolução sem mulheres”; Dmitrieff, que desapareceu e sobre quem sabemos muito pouco depois da Comuna; Paule Minck; ou mesmo Nathalie Lemel, um pouco mais conhecida, próxima a Eugène Varlin, que antes da Comuna tinha criado uma importante cantina operária e cooperativa popular, La Marmite. Mas para a maioria das comunas, temos poucos documentos, além de alguns nomes em cartazes ou os registros de seus julgamentos em Versalhes. Dito isto, mesmo que sejam um pouco mais que mulheres, as comunas masculinas também são

relativamente desconhecidas, com exceção de Vallès, Courbet, Pottier e assim por diante.

Além da entrada na Guarda Nacional e, mais geralmente, do direito de portar armas, que exigências significativas foram feitas pelas mulheres durante a Comuna?

Elas exigiam o que as mulheres de 1848, a quem eram bastante próximas socialmente e através de treinamento político, já exigiam: o direito de trabalhar, e de receber o mesmo salário e, portanto, o mesmo reconhecimento de qualificações que os homens. Exigiam também o direito à educação, o direito ao divórcio, o reconhecimento dos filhos “ilegítimos” ou “naturais”, o reconhecimento das concubinas (que têm os mesmos direitos que as mulheres casadas), e algumas, notadamente Louise Michel, exigiam a abolição da prostituição.

Quais destas exigências foram atendidas?

No âmbito da União de Mulheres para a Defesa de Paris e Cuidados com os Feridos, houve muita reflexão sobre o trabalho das mulheres, e Élisabeth Dmitrieff conseguiu obter promessas de salário igual, e houve até mesmo um decreto, para uma profissão em particular, garantindo a igualdade de salário; ela até estabeleceu cooperativas de produtores (de mulheres, portanto). Para a instrução, muitas escolas para meninos e meninas foram abertas. As concubinas eram reconhecidas, já que a Comuna decretou que as esposas ou concubinas da Guarda Nacional feridas ou mortas em combate podiam receber uma pensão; e havia também um reconhecimento das crianças naturais. Por outro lado, as mulheres não eram aceitas na Guarda Nacional Federada: elas mesmas pegavam armas durante o Sanglante Semaine.

Qual era o lugar das mulheres no movimento operário na época?

Era muito difícil. Não só o movimento trabalhista era dominado pelos homens, mas várias correntes eram contra as mulheres que trabalhavam, o que elas consideravam injusto porque recebiam

menos. E elas começaram a vê-las – mesmo que seja mais tarde – como quebradoras de greve, o que não está atestado nas fontes, já que a divisão do trabalho era tão sexista que uma mulher não ia realizar o trabalho de um homem.

Eles também consideravam o trabalho de fábrica como antiético, e havia muitos dentro do movimento trabalhista e da Internacional que queriam que as mulheres, especialmente as mulheres casadas, voltassem para casa, mesmo que isso significasse trabalhar em casa, ou seja, em condições ainda piores do que nas fábricas. No movimento operário francês, soma-se a isso o peso do Proudhonismo e a profunda misoginia do Proudhon.

Este certamente não foi o caso para todos os ativistas. Por exemplo, Eugène Varlin era muito a favor da igualdade entre homens e mulheres e, em particular, da igualdade salarial, e quando ele fundou La Marmite com Nathalie Lemel, ela tinha o mesmo papel organizacional que ele. Mas eram minorias: houve vários congressos ou conferências da Internacional antes da Comuna – notadamente durante as exposições universais – que terminaram com textos profundamente misóginos e contrários ao trabalho das mulheres. Foi contra isso que Dmitrieff, André Léo e Paule Minck lutaram diante da Comuna: eles deram palestras muito bem frequentadas onde defenderam o direito ao trabalho e à igualdade de remuneração. O slogan “salário igual para trabalho igual” é um slogan da Comuna de Paris.

Podemos falar de um movimento feminista na França na época?

É difícil, porque o Segundo Império havia esmagado em grande parte os movimentos feministas que haviam conseguido se constituir em 1848. Renasceu lentamente, em torno destas figuras como André Léo ou Paule Minck, mas também Maria Deraismes, à frente do jornal *Le Droit des femmes* fundado em 1869, e que desempenhou um papel importante na *Association pour le droit des femmes* criada em 1870.

Mas foi especialmente dentro do movimento trabalhista que um feminismo socialista, ou um socialismo feminista, se organizou. Foi depois disso que um movimento feminista se desenvolveu fora do movimento operário, em torno das sufragistas, com Hubertine Auclert e Marguerite Durand.

Após o fim da Comuna, as mulheres sofreram alguma repressão específica por parte dos versailheses?

Sim, mas é ambivalente. Por um lado, mais mulheres do que homens foram beneficiadas pela demissão, onde há muito tempo foi dito que a justiça era mais indulgente com as mulheres. Mas, por outro lado, se olharmos para as pessoas que foram condenadas, percebemos que as mulheres tinham penas mais severas: 13% das mulheres condenadas foram condenadas à morte, contra 0,9% dos homens condenados; e 13% foram condenadas ao trabalho forçado e 13% à deportação, enquanto estes números são 2,3 e 11% para os homens. Porque eles quebravam tudo! Eram ainda mais monstruosos aos olhos do Versaillaisbecause eram mulheres: transgrediram a ordem dos sexos, deixando o lugar reservado para eles na época (a cozinha e o berço) e entrando na política – e obviamente entrando pela rota revolucionária. É assim que podemos entender a figura da petroleuse através da qual as apoiadoras femininas da Comuna foram estigmatizadas. Desde os primeiros incêndios da Comuna, este estereótipo está presente: é encontrado na imprensa de Versalhes, na iconografia e nas provas, que sempre tentaram provar que elas haviam iniciado os incêndios (os versailheses esquecendo que foram eles que enviaram as primeiras bombas de fogo!).

A derrota da Comuna teve consequências negativas para a situação das mulheres e suas exigências nos anos que se seguiram?

Não particularmente. Houve a restauração da “ordem moral” pelos versailheses, mas afetou a todos, não foi única para as mulheres. E quando a Terceira República foi estabelecida, ela certamente excluiu o direito de voto das mulheres, mas porque

as mulheres eram consideradas muito clericais, sem que isso tivesse uma ligação direta com a Comuna. Não havia, portanto, nenhuma “reação”, como aconteceu após a Revolução Francesa com a promulgação do Código Civil (1804). Os avanços obtidos foram suprimidos, um após o outro, mas isto é verdade para todo o trabalho da Comuna, que foi apagado.